

CENÁRIO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ESTADO DO TOCANTINS

Klivia de Cássia Silva Nunes
Universidade Federal do Tocantins
klivia@uft.edu.br

RESUMO

Em pleno século XXI, convive-se com profundas mudanças nas áreas da ciência, da economia, da política e do social. Época de transitoriedade entre dois paradigmas, o moderno e o pós-moderno para alguns, e emergente para outros, na busca de novos sentidos e novas práticas para a vida na sua totalidade, enfim, como em outras circunstâncias, vivemos o futuro e o presente no passado. No campo, o passado é cada vez mais presente nas condições ofertadas para as escolas rurais o que revela o quanto crianças, jovens e adultos vêem sua condição de sujeito violada e negada, com políticas públicas, como a educacional, sempre orientadas na contramão dos anseios da população e do desenvolvimento rural. É dentro deste enfoque que este artigo Cenário da Educação do Campo no Estado do Tocantins, tem como objetivo de traçar o perfil da educação do campo nesta região para que se possa ter parâmetro de discussão e orientação para promoção das políticas públicas. Para tanto, o presente trabalho realizou uma pesquisa qualitativa e quantitativa, com base nos levantamentos realizados pelo IBGE, Secretaria da Educação do Estado do Tocantins e Secretaria Municipal de Educação, INEP, Pesquisa de Campo, que permitem um Raio-X da educação na zona rural. O resultado provisório aponta que ainda persiste a fragilidade no atendimento a educação do campo, embora muito já se tenha alcançado para o reconhecimento da importância desta população que vive e trabalha no campo.

Palavras-chave: Política Pública; Desenvolvimento; Educação do Campo.

1. Introdução

O presente texto tem como objetivo principal descrever o Cenário da Educação do Campo no Estado do Tocantins no que concerne em políticas públicas, desenvolvimento e educação. Aqui se faz necessário dizer que sob esta ótica, através das políticas públicas neoliberais instituídas, se expande a globalização do capitalismo no mundo rural, porque ao investir no monopólio da grande produção pela agroindústria, no consumismo e na lógica da competitividade do mercado, os capitalistas conseguem impor ao mundo rural a cultura urbana. Os efeitos no campo são: expropriação das terras, expulsão do homem do campo, pluriatividade, aumento do trabalho assalariado, exclusão social e aumento das desigualdades de oportunidades de uma educação de qualidade. Ao lado da pobreza, isolamento e submissão política.

Nesta visão, o tema “desenvolvimento” toma força no campo da política econômico-social no Brasil. Dessa forma, afasta políticas frágeis pensadas sempre a partir da realidade urbana, que consideram o campo como sinônimo de atraso em oposição à imagem do urbano, atrelado a idéias de desenvolvimento, progresso e sucesso econômico.

Neste sentido, o presente trabalho buscou organizar o estudo com base nos levantamentos dos dados disponibilizados pelo IBGE, Secretaria da Educação do Estado do Tocantins e Secretaria Municipal de Educação, INEP, Pesquisa de Campo, que possibilitasse um Raio X da educação do campo, no que se refere: caracterização da rede escolar, condições de atendimento e transporte escolar. Para tanto, pautou-se na abordagem qualitativa e quantitativa para o trato da coleta de dados. Os resultados provisórios apontam que ainda persiste um atendimento precário para estas escolas situadas na zona rural, embora que se tenha observado o esforço no reconhecimento da importância do atendimento a esta população, considerando as questões específicas da realidade rural.

2. As políticas públicas e a questão do desenvolvimento rural

É preciso de antemão situar o contexto histórico-político-econômico no qual as políticas pretendem interferir. Desde a década de 1960 tem ocorrido uma crescente inserção da população rural em atividades não-agrícolas, realizadas no campo ou em áreas urbanas. Um dos fatores que incidem sobre essa realidade é a alta mobilidade que permite o trânsito entre espaço de vida e espaço de trabalho/estudo. Essa mobilidade é uma resposta à tendência de concentração de mão de obra típica do processo produtivo no capitalismo.

Assim, pode-se inferir que as políticas de modernização do campo são pensadas e implementadas não só a partir do urbano, mas, sobretudo, com o objetivo de consolidar o modelo de desenvolvimento econômico agropecuário capitalista, o agronegócio, e que se intensificou no Brasil desde a década de 1990. Tal visão é analisada por Fernandes e Molina (2004, p. 69) quando dizem que:

Agronegócio é novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. Esse modelo não é novo, sua origem está no sistema *plantation*, em que grandes propriedades são utilizadas na produção para exportação. Desde os princípios do capitalismo em suas diferentes fases, esse modelo passa por modificações e adaptações, intensificando a exploração da terra e do homem.

Associada à modernização do campo, o agronegócio tal como está submetido à lógica do mercado modifica o mundo rural transformando-o em um setor de produção industrial, graças ao desenvolvimento das novas tecnologias, da engenharia genética, da biotecnologia e

da química. Tais mudanças operadas também no mundo do trabalho reduzem o número de trabalhadores rurais no campo e os substitui por máquinas que cada dia mais, respondem pelo processo produtivo.

Ao analisar o agronegócio, Fernandes e Molina (2004, p. 70) vêem nele duas faces contraditórias, denunciando o que se encontra por trás da propaganda de modernização:

Do ponto de vista econômico, a imagem do agronegócio foi construída para renovar a imagem da agricultura capitalista, para “moderniza-la”. É uma tentativa de ocultar o seu caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias.

Como se não bastasse isto, o sistema capitalista veicula as ideologias de que todos são iguais para o mercado e que o agronegócio veio para minimizar as injustiças sociais no campo, tal como Fernandes e Molina (2004, p. 71) alertam quando observam que:

As ideologias do agronegócio trabalham com a combinação e a oposição, quando estas lhes convêm. [...] As combinações é realizada como se agricultura capitalista e agricultura camponesa fossem da mesma natureza. Enquanto a agricultura capitalista se realiza a partir da exploração do trabalho assalariado e do controle político do mercado, a agricultura camponesa ou familiar é intensamente explorada por meio da renda capitalizada da terra, ficando somente com uma pequena parte da riqueza que produz, sendo a maior parte apropriada pelas empresas que atuam no mercado.

Esta análise permite concluir que o projeto de desenvolvimento para o campo adotado no país nas últimas décadas se orienta apenas pelo objetivo de consolidar o agronegócio, demonstrando que, todas as políticas adotadas são construídas na relação do mercado capitalista, com o objetivo da maximização dos lucros.

Este modelo de desenvolvimento econômico industrial adotado no Brasil abre perspectiva para o mundo rural que passa a ser contemplado em programas educacionais. Ou seja, o processo de desenvolvimento sócio-econômico brasileiro, de acordo com Pessoa e Cruz (2006, p. 5)

[...] só se lembrou do rural, porque se entendeu que havia um contingente populacional – à época, de cerca de 2/3 da população – que tinha que ser a ele incorporado, tanto em termos de força de trabalho, como de mercado consumidor. E a educação deveria ser a mediação entre o “modelo” de desenvolvimento e esse contingente populacional.

Nesta visão, o tema “desenvolvimento” toma força no campo da política econômico-social no Brasil, passando a orientar programas governamentais, entre os quais as políticas

educacionais. Com profundas marcas da expansão do capitalismo para o meio rural, o então, mundo rural (re)nascia transformado para atender aos interesses do capital econômico, que, em nome da “modernidade” substitui os saberes e as práticas dos trabalhadores camponeses pelas máquinas e insumos.

Neste sentido, o sistema capitalista desconsidera a questão da reforma agrária, exclui e recria outras políticas públicas para os problemas do meio rural, que culminam em um desenvolvimento que agrega diversificação produtiva, pluriatividade e transformação do produtor em empresário rural, sempre dentro da lógica do mercado.

Enfim, mais uma vez fica claro como o capitalismo selvagem efetiva o controle social, não possibilitando que as propostas para o campo sejam realmente colocadas a serviço da melhoria da qualidade de vida para todos que ali vivem e trabalham. O que ocorre, sem sombra de dúvida, é um discurso duro que para Montenegro (2006, p. 12) representa mais um círculo vicioso e de soluções inócuas como: “pobreza rural → implementação de políticas de desenvolvimento de base mercantil → aumento da concorrência → aumento das desigualdades → mais pobreza rural. Nada novo sob o sol do desenvolvimento!”.

De acordo com esta visão, um dos entraves concretos nas propostas de mudanças no desenvolvimento do campo são as próprias políticas governamentais, que não consideram a heterogeneidade típica das atividades agrícolas e rurais no Brasil. Acerca dessa visão, Navarro (2001, p. 91) entende ser ela predominante nas políticas para o campo, ainda que mesclada por surtos de transformação:

[...] esta extrema heterogeneidade das atividades agrícolas e rurais no Brasil, diferenciação que foi exacerbada intensamente no período recente, quando diversas regiões (ou atividades intra-regionais) sofreram forte intensificação econômica e dinamismo tecnológico. Em oposição, outras partes do país rural parecem ainda dormir em contextos do passado, seja no plano da (da falta de) integração econômica, seja no que concerne à natureza das relações sociais e políticas, que permanecem distantes de padrões de institucionalidade satisfatória [...]

Consideradas, pois, a diversidade do campo como afirma Navarro (2006, p.92) “esta heterogeneidade impõe decisões igualmente diferentes, se o desenvolvimento rural vier a ser um objetivo maior das decisões nacionais”, por isso torna-se uma exigência que se coloca para as políticas públicas.

Neste sentido, pode-se chegar à conclusão de que a ação do governo precisa conhecer e reconhecer as peculiaridades de cada território rural, a fim de programar melhor as intervenções que potencializem o desenvolvimento. Para isso, porém, deve considerar não só a população camponesa como protagonista propositiva de políticas para o desenvolvimento

local do campo, mas saber como a política de desenvolvimento local rural vai se integrar às propostas e às ações de reforma agrária, ao fortalecimento da pequena propriedade e da agricultura familiar, à geração de postos de trabalho de renda no campo, e aos serviços como: educação e saúde, comunicações, assistência técnica (rural, agroindustrial, industrial, de serviços e gerencial), pesquisa científica e tecnológica.

Deste modo, se torna importante traçar o perfil da educação do campo para que se possa ter parâmetro de discussão e orientação para promoção das políticas públicas.

3. O Cenário da Educação do Campo no Tocantins: estudo preliminar

3.1 Contextos da pesquisa:

A pesquisa foi realizada no período de 2008 a 2013 no Estado do Tocantins, em 08 municípios por microrregião, a saber: Microrregião de Araguaína (Araguaína, Aragominas), Microrregião do Rio Formoso (Paraíso, Sandolândia), Microrregião de Gurupi (Alvorada), Microrregião do Bico do Papagaio (Tocantinópolis, Praia Norte e Angico). A escolha dos municípios se deu pela peculiaridade apresentada, com objetivo trazer para o centro da discussão o Cenário da Educação do Campo no referido estado, no que se refere ao atendimento e as narrativas sobre o campo.

Neste sentido, buscou-se organizar o estudo com base nos levantamentos dos dados disponibilizados pelo IBGE, Secretaria da Educação do Estado do Tocantins e Secretaria Municipal de Educação, INEP, Pesquisa de Campo, que possibilitasse um Raio X da Educação do Campo, no que se refere: caracterização da rede escolar, condições de atendimento e transporte escolar. Para tanto, fez-se uso da abordagem qualitativa e quantitativa para o trato da coleta de dados.

3.2 Um pouco do Tocantins:

De acordo com os dados do IBGE/2010, o Estado do Tocantins possui uma área de 277.720,520km², densidade demográfica de 4,98hab/km², com 139 municípios.

Data do século XIX, o início das lutas da elite goiana pela emancipação do norte de Goiás, como forma de protestar contra o abandono daquela região por parte das autoridades, o que lhe valeu a conotação de região atrasada economicamente. Em 5 de outubro de 1988, o Estado do Tocantins é criado por determinação da Constituição Federal de 1988, desmembrado do Estado de Goiás, cuja capital provisória teve início no Município de

Miracema do Norte. No dia 1º de janeiro de 1990, foi criada a capital do Estado do Tocantins denominada, Palmas.

Localizado no centro do território brasileiro, o Estado do Tocantins faz divisa com três regiões: Norte, com o Estado do Pará; Nordeste, com o Estado do Maranhão, Piauí e Bahia, Centro-Oeste, com os Estados do Mato Grosso e Goiás. Esta localização centralizada faz dele uma passagem terrestre natural, ligando o norte ao sul do país e vice-versa.

Em termos demográficos, o Estado apresenta uma população total de 1.383.445h, dos quais 1.090.106h (79%) estão na zona urbana e 293.339h (21%) na zona rural, de acordo com dados do IBGE/2010.

A economia do Estado do Tocantins é fundamentalmente primária e terciária, com ênfase na agricultura, pecuária e comércio. A agricultura absorve a maior parte da população economicamente ativa no Estado e a agropecuária contribui com 60% do PIB.

Na agricultura, os produtos cultivados de maior expressão são: feijão, arroz, soja, milho, cana-de-açúcar e mandioca. É importante ressaltar que a cultura mecanizada introduzida no Estado, também tem sido vista como um viés para o desenvolvimento social. Importa observar ainda, que tal crescimento econômico está atrelado ao aumento da tecnificação no campo no Estado, o que conseqüentemente leva a um desenvolvimento predatório dos recursos naturais, tal como observa Fernandes e Molina (2004, p. 70) “o aumento da produtividade dilatou a sua contradição central: a desigualdade”. Tal contradição, leva a identificar no Estado uma política de modernização que oculta o caráter concentrador, predador e expropriatório do sistema capitalista.

Com base nos dados apresentados pelo Anuário Brasileiro da Educação Básica 2012, o Estado do Tocantins apresenta o seguinte aspecto na área da educação:

Tabela 1: Demonstrativo da Educação no Estado do Tocantins - 2010

Demonstrativo	Quantitativo
População em Idade Escolar	386.809
Taxa de Analfabetismo	13,1% (pessoas com 15 anos ou mais)
Escolaridade média em anos de estudo	6,7 (pessoas de 25 anos ou mais),
Taxa de distorção idade-série	En. Fundamental anos iniciais : 16,7 En Fundamental anos finais: 29,8 Ensino Médio: 34,2
Docentes com curso superior	Creche: 44,5% Pré-escola: 50,7% EF anos iniciais: 66,2% EF anos finais: 76,1% Ensino Médio: 95,5%

Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2012

3.3 – Caracterização da rede escolar na zona rural:

Para compreender o espaço da educação do campo, é importante considerar os aspectos que caracterizam o seu atendimento. Neste percurso demonstrativo, a rede de ensino da educação básica, de acordo com os dados levantados no Censo Escolar 2011 e 2012 e na pesquisa de campo nos municípios estudados, a rede municipal de ensino atende prioritariamente a Educação Infantil e o Ensino Fundamental e, a rede estadual de ensino, atende prioritariamente as séries finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, sendo que, o atendimento a população rural para estes níveis de ensino, na maioria das vezes, se faz na sede da cidade e não meio rural.

Tabela 2: Número de matrícula segundo o nível/modalidade de ensino – Tocantins – 2011

Unidades da Federação Municípios Dependência Administrativa	Matrícula inicial				
	Ensino Regular				
	Ed Infantil		En Fundamental		Ensino Médio
	Creche	Pré - escola	Anos Iniciais	Anos Finais	
Estadual Urbana	12	522	43.956	75.759	61.759
Estadual Rural	0	0	4.708	4.934	2.814
Municipal Urbana	11.805	25.293	60.132	22.970	0
Municipal Rural	249	3.702	19.077	9.302	67

Fonte: CENSO 2011/INEP

A tabela 2 demonstra que os maiores contingentes de alunos matriculados estão na zona urbana e não na zona rural. Em alguns municípios não existem escolas do campo, tal como retrata a tabela 3 e 4, abaixo.

Tabela 3: Número de matrícula segundo o nível/modalidade de ensino – por Município pesquisado/Tocantins – 2011

Municípios	Dependência Administrativa	Matrícula inicial				
		Ensino Regular				
		Ed Infantil		En Fundamental		Ensino Médio
		Creche	Pré - escola	Anos Iniciais	Anos Finais	
Araguaína	Estadual Urbana	0	0	4.321	10.403	7.474
	Estadual Rural	0	0	0	0	0
	Municipal Urbana	2.019	2.772	5.374	340	0
	Municipal Rural	0	190	390	72	0
Aragominas	Estadual Urbana	0	0	0	625	252
	Estadual Rural	0	0	0	0	0
	Municipal Urbana	0	125	471	0	0
	Municipal Rural	0	41	153	0	0
Paraíso	Estadual Urbana	0	0	1454	2.297	2.064
	Estadual Rural	0	0	0	0	0
	Municipal Urbana	243	856	1.691	626	0
	Municipal Rural	0	0	0	0	0

Alvorada	Estadual Urbana	0	0	225	278	495
	Estadual Rural	0	0	0	0	0
	Municipal Urbana	173	55	508	358	0
	Municipal Rural	0	0	0	0	0
Sandolândia	Estadual Urbana	0	0	0	208	94
	Estadual Rural	0	0	52	72	21
	Municipal Urbana	26	46	266	0	0
	Municipal Rural	11	12	16	0	0
Tocantinópolis	Estadual Urbana	0	0	1.200	1.690	1.272
	Estadual Rural	0	0	382	284	102
	Municipal Urbana	164	568	389	0	0
	Municipal Rural	0	90	96	0	0
Praia Norte	Estadual Urbana	0	0	179	244	376
	Estadual Rural	0	0	0	0	0
	Municipal Urbana	0	201	439	239	0
	Municipal Rural	0	158	404	272	0
Angico	Estadual Urbana	0	0	99	246	151
	Estadual Rural	0	0	0	0	0
	Municipal Urbana	0	76	125	0	0
	Municipal Rural	0	45	101	50	0

Fonte: CENSO 2011/INEP

A tabela 3 retrata uma crescente tendência para municipalização das escolas do Ensino Fundamental em 2011. Dos oito municípios estudados, apenas dois recebem atendimento nas séries iniciais pela rede estadual (Sandolândia e Tocantinópolis). Este número altera em 2012, na cidade de Tocantinópolis o estado se responsabiliza pelas 10 escolas indígenas, as demais escolas ficam sob responsabilidade da rede municipal de ensino. Por isso, é relevante citar que no número de alunos matriculados, em Tocantinópolis, na rede estadual na zona rural, se refere ao número de alunos indígenas e não camponeses.

Tal dado, é confirmado com relação ao número de estabelecimento por dependência administrativa, como demonstra o panorama de atendimento na tabela 4.

Tabela 4: Número estabelecimentos segundo o nível/modalidade de ensino – por Município pesquisado/Tocantins – 2012

Município	Dependência Administrativa	Localização	Número de escola	Total de escolas
Alvorada	Estadual	Urbana	3	9
		Rural	0	
	Municipal	Urbana	6	
		Rural	0	
Aragominas	Estadual	Urbano	1	4
		Rural	0	
	Municipal	Urbano	2	
		Rural	1	
Araguaína	Estadual	Urbano	37 (1 paralisada)	111
		Rural	1 (paralisada)	
	Municipal	Urbano	53 (3 paralisadas)	
		Rural	20 (4 paralisadas)	

Angico	Estadual	Urbano	2	6
		Rural	0	
	Municipal	Urbano	1	
		Rural	3	
Paraíso	Estadual	Urbano	10	24
		Rural	0	
	Municipal	Urbano	11	
		Rural	3	
Praia Norte	Estadual	Urbano	2	15
		Rural	0	
	Municipal	Urbano	3	
		Rural	10	
Sandolândia	Estadual	Urbano	1	6
		Rural	1	
	Municipal	Urbano	1	
		Rural	3 (sendo 2 indígenas)	
Tocantinópolis	Estadual	Urbano	9	38
		Rural	10 (todas indígenas)	
	Municipal	Urbano	12	
		Rural	7	

Fonte: DataEscolaBrasil/INEP/2012

Essa distribuição de estabelecimentos e matrículas por localização urbana e rural reflete o grau de urbanização no Estado, seguindo a tendência nacional, que aponta para a importância das escolas urbanas em relação pelo número de matrículas para uma e para outra zona.

A razão está em que no âmbito das políticas públicas, no Tocantins, este processo iniciado desde 2002, acentuou nos anos seguintes, especialmente em 2013, devido à redistribuição das responsabilidades de atendimento das esferas Estaduais e Municipais estabelecidas pela: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394/96 e Resolução CEB/MEC nº 001, de 03 de abril de 2002, que institui as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo. O fato é que, em termos de colaboração e responsabilidade entre as esferas Estaduais e Municipais, ao final de tudo, o Município passou a absorver alunos de ensino de 1º ao 5º ano e o Estado assumiu o ensino do 6º ao 9º ano e Ensino Médio, em especial na zona urbana

Com processo de transferência de responsabilidade educacional ao município, a municipalização, surge então como uma forma de reduzir custos econômicos e assim atender às políticas públicas neoliberais, via descentralização, ingrediente ambíguo do pacote estrutural do modelo neoliberal. A consequência natural foi a desativação das escolas da zona rural e a concentração dos alunos em escolas nucleadas na sede do município. Assim, duas ou mais escolas desativadas passaram a constituir uma única escola com o objetivo de aumentar

o número de alunos para fazer frente à alocação de recursos, estratégia esta que ocorre sempre de forma desorganizada e, contraditória quanto à articulação discurso – prática, tal como Pessoa e Cruz (2006, p. 7) analisam:

Verifica-se que a municipalização tem se dado de modo desorganizado, deixando muitas lacunas não ocupadas por instituições, o que tem comprometido muitos serviços sociais por falta de coordenação e de alocação de recursos. [...] Embora a municipalização, em tese, tenha um papel importante para o desenvolvimento local – conforme assinala o discurso político –, a prática tem mostrado muitas dificuldades advindas de uma cultura autoritária, “clientelista” e pouco participativa.

Além disso, o município encontra dificuldades oriundas da estrutura técnico-administrativa e financeira que lhe é propícia, para a alocação de recursos complementares através de projetos conveniados com o MEC e outras instituições. Para os municípios, então, é mais fácil reduzir o número de escolas isoladas, ou seja, fechar as escolas e transferir os alunos e alunas para outras escolas de preferência mais perto do centro urbano, do que mantê-las, onde estão, é que está acontecendo na maioria dos municípios do Tocantins, tal fato foi observado no acompanhamento em 2013, no município de Angico, que das 3 escolas ativas, 2 fecharam. Esta tática representaria, na lógica do dirigente municipal, uma economia mais significativa para os cofres municipais, e os alunos e alunas seriam melhores assistidos.

Todavia, o que se observa é que tais medidas geram outros problemas como: o maior deslocamento dos alunos de sua casa para a escola, gerando risco de vida e aumento do abandono escolar; a descaracterização da educação do campo, devido a maior influência da educação urbana, sobre os alunos, e o despreparo dos professores, professoras e da escola como um todo para trabalharem com a realidade desses alunos.

3.4. Condições de atendimento:

Os dados acima apresentados demonstram uma notável dispersão da população residente na zona rural. Estes estabelecimentos na sua grande maioria são de pequeno porte, se considerar o número de alunos atendidos. A metade dessas escolas, aproximadamente, tem apenas uma sala de aula e oferecem, exclusivamente, o ensino fundamental do 1º ao 5º ano. Além disso, a maioria das escolas são multisseriadas, especialmente a Educação Infantil.

No ano de 2013, as escolas do campo estão descoberta de programas e formação continuada. Apenas estão participando do Programa Pacto de Alfabetização na Idade Certa.

Até 2012, existia em algumas escolas o Programa Escola Ativa e, em outras escolas, o Programa Circuito Campeão.

O Estado do Tocantins, com tantas disparidades sócio-econômicas e culturais internas e até em relação a outras regiões, enfrenta enormes desafios para a educação do campo no Estado, tais como: a qualificação docente para trabalhar com alunos e alunas da área rural com níveis diferentes de escolaridade, e de aprendizagem; o difícil acesso às escolas ou pelas longas distâncias a percorrer ou pela deficiência do transporte escolar, enfim, o desfecho, o êxodo rural dos alunos do campo para a cidade.

3.5 Transporte escolar

O transporte escolar é objeto de discussão por educadores, pesquisadores e movimento social. Esta questão apresenta uma grande contradição no meio rural, enquanto uns lutam pela terra e pela fixação do trabalhador rural no campo, outros buscam a contramão deste desejo. Para se ter uma ideia, no ano de 2008, foi constatado nos municípios pesquisados que existe uma parcela da população do campo que não acredita na escola que é oferecida para eles, segundo depoimento de alguns Secretários de Educação Municipal, esta comunidade pensa que a escola urbana é melhor para seus filhos, pois apresenta professores com uma sólida formação, escolas com uma boa infra-estrutura, contam com laboratório de informática e biblioteca, quadra de esporte, entre outros. Outro fator, por se ter um número de alunos reduzidos, o poder público local considera que seria a melhor solução o transportar os alunos da escola do campo para a escola da cidade. Neste sentido, o transporte escolar acaba sendo o inverso do desejo de uns, pois levando o filho destes trabalhadores para as áreas urbanas, provoca sérios problemas, e objeto de desejo para outros, por se acreditar que é possível uma escola de qualidade para os que vivem da terra no e do campo.

Cabe avaliar se investir no transporte dos alunos seria realmente a solução mais plausível, visto que alguns alunos enfrentam rotas desumanas, em torno de 150km ida e volta, como aconteceu na cidade de Sandolândia – TO.

Uma questão é certa, os alunos da zona rural passam por uma dura trajetória escolar, sendo considerados “alunos heróis”, mesmo que não consigam concluir a educação básica. Esta questão é considerada crucial para a análise, no que diz respeito ao fraco desempenho escolar, que os leva ao abandono e evasão, vivência de preconceito, rotas longas (passam muito tempo no traslado de casa para escola e vice versa), entre outros. Além, da constante paralisação de atendimento por questões mecânicas do transporte que é oferecido para eles,

muito embora, se tenha amenizado esta situação com a chegada de ônibus novos para o atendimento, mas não são suficientes para atender toda a demanda. Tal situação apresentada, foi diagnosticada pela pesquisadora no ano de 2008, como demonstra o quadro abaixo.

Quadro 1: Diagnóstico dos alunos da zona rural – Transporte escolar – 2008

Município	Situação encontrada ¹
Araguaína	Foi relatado pela gestão escolar e por alunos da Escola A, que residem na cidade o seguinte: <i>Gestão: “a turma da 8ª C é trabalhosa, pois os alunos repetentes são da fazenda.”</i> <i>Aluna: “os alunos fracos são os que moram na fazenda.”</i>
Paraíso	Os alunos não estavam indo para a escola devido um problema de pagamento do transporte escolar por parte da prefeitura, ocasionando prejuízo para os alunos, especialmente para os que participam do programa Circuito Campeão. Foi comentado por alguns professores da Escola B que existem alunos que saem as 4h da manhã de suas casas para chegar na escola as 7h.
Alvorada	Em depoimento, a Diretora da Escola C, atribue o baixo IDEB aos alunos residentes da zona rural.
Sandolândia	De acordo com o depoimento e professores da Escola D, os alunos enfrentam grandes distancias para chegar até a escola. Alguns precisam sair de uma rota e ir para outra para depois chegar na escola. O transporte geralmente estão parados por defeitos mecânicos, prejudicando os alunos que acabam não vindo para a escola. Existem casos que os alunos demoram a voltar para suas casas, ficando presos na cidade devido problemas mecânicos do transporte. Esta escola apresenta 35% dos alunos provenientes da zona rural.

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2008

Como se pode observar, os alunos são verdadeiros heróis para transpor todas as dificuldades que lhe são apresentadas, a luta consiste em poder o seu direito, poder estudar, poder ter acesso ao conhecimento, poder ter as mesmas oportunidades dos alunos da cidade.

4. Considerações

Sem a pretensão de exaurir os aspectos envolvidos na temática abordada, acreditamos ser cabível mencionar por hora algumas considerações provisórias.

Os dados levantados apresentam um quadro já conhecido por todos, no que concerne as condições de oferta educacional para o camponês, no que diz respeito as desvantagens do aluno do campo com relação ao aluno da cidade.

Outro fator que evidenciado na pesquisa, preconiza o cenário das políticas públicas para o meio rural, no contexto do movimento expansionista do capital no campo, configurando a tendência do rural desaparecer. Com isso, o problema da escola do campo estaria resolvido, porque se não existem crianças, adolescentes, jovens e adultos para educar, então não existe motivo para se pensar em políticas educacionais para o meio rural. Neste

¹ Para efeito de preservar a identidade das escolas pesquisadas, foram atribuídas letras.

sentido, o melhor caminho para esta população, de acordo com a visão do poder público, é investir no fechamento das escolas do campo.

Este fato não traz nenhuma novidade, pois historicamente existe, e pouco avançou em termos de ampliação da oferta de ensino para a população rural e muito menos se fez pela qualidade deste ensino.

Com relação ao atendimento aos alunos da zona rural nas escolas urbanas, evidenciou-se que ainda persistem as péssimas condições das estradas e a longa distância entre a moradia e a escola.

Assim, o desafio para a educação do campo não é promover a equiparação com a educação da cidade, mas é oferecer uma educação de qualidade que reconheça a especificidade de atendimento, de forma a respeitar a diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos, com vistas à melhoria da qualidade de vida para a população rural.

5. Referências

ANUÁRIO BRASILEIRO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2012 . São Paulo: Editora Moderna, 2012.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Brasília, 2013. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=to#>. Acessado em 10.05.2013.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar 2011** – Brasília. Disponível: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo>. Acessado em: 16.05.2013.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **DataEscolaBrasil** – Brasília. Disponível:
<http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/home.seam> . Acessado em: 16.05.2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano e MOLINA, Mônica Castagna. O Campo da Educação do Campo. In. MOLINA, Mônica Castagna e JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de. (orgs.). **Contribuições para a construção de um Projeto de Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo”, 2004.

MONTENEGRO, Jorge R. Gómez. Desenvolvimento Territorial Rural: mudar para que nada mude. In: 1ª Encontro de Rede de Estudos Rurais, 2006, Niterói. **Anais** do 1ª Encontro de Rede de Estudos Rurais, 2006. Disponível na World Wide Web http://www.nead.gov.br/encontro/cdrom/gtl1/Montenegro_Gomez. Acessado em: 20.12.2007.

NAVARRO, Zader. **Desenvolvimento rural no Brasil**: os limites do passado e os caminhos do futuro. In. Estudos Avançados, n.15, USP, 2001.

PESSOA, Jadir Morais ; CRUZ, José Adelson. Relatório final: **Ruralidades, saberes e sentidos da escola no meio rural em Goiás**. Goiânia, GO: UFG, 2006.